



OZ CORRETORA DE CÂMBIO S.A.

PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ

Documento institucional destinado ao público em geral

Ano-base 2025

Este documento apresenta, em linguagem clara e institucional, como a OZ Câmbio estrutura sua preparação para cenários de pressão de liquidez, preservando a continuidade operacional, a disciplina prudencial e a capacidade de resposta coordenada diante de situações adversas.

Sumário

1. Apresentação institucional	3
2. O que é contingência de liquidez e por que ela importa	3
3. Fundamentos regulatórios e diretrizes gerais	4
4. Modelo de negócios e lógica de liquidez da OZ Câmbio	4
5. Governança do plano de contingência de liquidez	5
5.1 Síntese pública da governança.....	5
6. Eventos de pressão e hipóteses de acionamento	5
7. Cenários de contingência e leitura institucional de risco	6
8. Estrutura de resposta e coordenação em crise.....	6
9. Estratégias de mitigação e recomposição de liquidez.....	7
10. Comunicação, escalonamento e tomada de decisão.....	7
11. Integração com riscos, capital e controles internos.....	8
12. Testes, revisão periódica e melhoria contínua	8
13. Compromisso institucional e disposições finais	9

1. Apresentação institucional

A OZ Corretora de Câmbio S.A. mantém Plano de Contingência de Liquidez como parte de sua estrutura de governança prudencial, de continuidade operacional e de gestão integrada de riscos. Nesta versão pública, o objetivo é explicar ao público em geral, em linguagem acessível e institucional, como a instituição se prepara para situações excepcionais que possam pressionar sua liquidez e exigir resposta coordenada, tempestiva e proporcional.

O documento interno de contingência de liquidez possui natureza operacional e contém parâmetros, rotinas, fluxos decisórios, contatos e medidas executivas que não devem ser integralmente expostos em ambiente público. Esta versão foi, portanto, estruturada para preservar a transparência institucional sem comprometer a efetividade dos controles internos, evitando a divulgação de detalhes sensíveis de atuação, alçadas específicas de emergência ou procedimentos que devam permanecer em âmbito reservado.

A contingência de liquidez não deve ser confundida com expectativa de crise iminente. Ao contrário, sua existência revela preparo, prudência e maturidade de governança. Instituições sólidas se organizam previamente para enfrentar eventos improváveis, mas possíveis, preservando sua capacidade de honrar compromissos, reduzir perdas, proteger sua reputação e manter a normalidade operacional na medida do possível.

2. O que é contingência de liquidez e por que ela importa

Em termos simples, liquidez é a capacidade de a instituição cumprir, tempestivamente, suas obrigações financeiras à medida que elas vencem, sem incorrer em perdas incompatíveis com a continuidade de seus negócios. Um plano de contingência de liquidez, por sua vez, é o instrumento que organiza a resposta da instituição caso surjam eventos capazes de pressionar essa capacidade, ainda que de forma temporária.

Para o público em geral, a importância desse tema está no fato de que instituições financeiras e autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil precisam estar preparadas para situações adversas. Essas situações podem decorrer de eventos operacionais, falhas de contraparte, indisponibilidade temporária de recursos, incidentes de fraude, perturbações de mercado ou outras ocorrências capazes de afetar o fluxo esperado de entradas e saídas de caixa.

Assim, o plano de contingência não é mera formalidade documental. Ele representa a forma pela qual a instituição antecipa cenários de estresse, define responsabilidades, estrutura canais de decisão e identifica medidas de recomposição ou proteção da liquidez. Em outras palavras, ele transforma prudência em processo executável.

3. Fundamentos regulatórios e diretrizes gerais

A base regulatória do gerenciamento de riscos, de capital e de liquidez no Brasil evoluiu ao longo dos últimos anos. A Resolução nº 4.557, de 2017, permanece como marco importante da estrutura de gerenciamento de riscos e capital, mas o ambiente prudencial foi posteriormente complementado e reorganizado por atos mais recentes do Banco Central do Brasil, inclusive a Resolução BCB nº 265/2022, suas alterações posteriores, e a classificação das instituições por Tipo 1, Tipo 2 e Tipo 3 trazida pela Resolução BCB nº 436/2024.

Além disso, o tema liquidez dialoga com as normas de remessa de informações prudenciais e com atos específicos voltados ao controle da exposição ao risco de liquidez, como a Resolução BCB nº 207/2022 e suas alterações. Em sua versão pública, a OZ procura refletir esse contexto regulatório atualizado sem reproduzir integralmente o texto normativo, mas deixando claro que o plano está inserido em estrutura prudencial viva e sujeita a revisão normativa contínua.

Do ponto de vista institucional, o plano é guiado por princípios como prudência, proporcionalidade, tempestividade, rastreabilidade, integração com os demais riscos, clareza de responsabilidades, proteção reputacional e postura conservadora em caso de dúvida relevante. Tais princípios fazem com que a resposta à contingência de liquidez seja tratada como tema de administração, e não apenas de tesouraria ou de fluxo de caixa.

4. Modelo de negócios e lógica de liquidez da OZ Câmbio

A leitura da liquidez de uma corretora de câmbio deve partir da compreensão de seu modelo de negócios. A OZ atua em operações compatíveis com sua autorização e com a regulamentação do mercado de câmbio, em ambiente marcado por liquidações de curto prazo, necessidade de coordenação entre ingressos e saídas de recursos e importância elevada da disciplina operacional. Essa característica faz com que a gestão de liquidez seja fortemente conectada à previsibilidade de fluxos, à qualidade dos controles e à capacidade de reação diante de desvios relevantes.

Quando uma instituição opera em ambiente de liquidação curta, pequenas rupturas pontuais podem ganhar materialidade se não houver resposta rápida e organizada. É justamente por isso que o plano de contingência precisa considerar não apenas cenários macroeconômicos amplos, mas também situações operacionais concretas, como descumprimento por contraparte, cancelamentos, falhas administrativas, indisponibilidade de recursos ou eventos de fraude.

Na versão pública, a mensagem principal é a seguinte: a liquidez da OZ não é tratada de forma abstrata. Ela é lida à luz do negócio real da instituição, de seus fluxos usuais, de suas obrigações, de suas exposições temporárias e da necessidade de manter a continuidade operacional mesmo em situações adversas.

5. Governança do plano de contingência de liquidez

O plano de contingência de liquidez exige governança clara. A base interna compartilhada já indica a participação da Presidência, das diretorias operacionais, administrativas, financeiras e de governança, da auditoria interna e do comitê relevante. Em termos públicos, isso significa que a instituição distribui responsabilidades entre instâncias de administração, áreas executivas, estruturas de controle e fóruns de deliberação, de modo a evitar improvisações em momento de estresse.

A Diretoria possui papel central, pois é a instância responsável por aprovar o plano, supervisionar sua atualização e deliberar sobre medidas extraordinárias quando necessário. As áreas executivas e financeiras acompanham os fluxos, a posição de liquidez e os cenários que possam demandar ativação do plano. As áreas de governança, riscos e controles internos contribuem para o monitoramento, a leitura crítica dos indicadores e a integração com o restante da arquitetura prudencial. A auditoria interna avalia aderência, suficiência dos processos e oportunidade de melhoria.

Essa governança é importante porque uma contingência de liquidez não se resolve adequadamente quando cada área age isoladamente. A resposta precisa ser coordenada, documentada e escalável. A existência de papéis definidos melhora a qualidade da decisão, acelera o tratamento da crise e fortalece a rastreabilidade das medidas adotadas.

5.1 Síntese pública da governança

Instância	Responsabilidade principal	Função institucional
Diretoria / Presidência	Aprovar o plano e deliberar em cenário material	Assegurar comando e supervisão da resposta
Áreas operacionais, administrativas e financeiras	Acompanhar fluxos, cenários e necessidades de liquidez	Sustentar a leitura executiva e a resposta prática
Governança, riscos e controles internos	Monitorar indicadores e integrar o tema à estrutura prudencial	Assegurar visão crítica e coerência institucional
Auditoria Interna	Avaliar aderência e oportunidades de melhoria	Fortalecer efetividade, evidência e revisão contínua
Comitê ou fórum competente	Acompanhar o acionamento e as decisões relevantes	Apoiar coordenação e disciplina decisória

6. Eventos de pressão e hipóteses de acionamento

Um plano de contingência só é útil quando parte de eventos plausíveis. No contexto da OZ, a base compartilhada aponta hipóteses operacionais e administrativas, como não recebimento de moeda nacional em operação de venda, cancelamento unilateral de operação de compra, débitos indevidos em conta corrente e ocorrências de fraude ou desvio que comprometam temporariamente a disponibilidade de recursos. Essas hipóteses são materialmente relevantes porque atingem diretamente a dinâmica de liquidação da instituição.

Em sua versão pública, o plano não precisa enumerar todos os gatilhos internos, mas deve deixar claro que a instituição observa eventos capazes de causar ruptura entre entradas esperadas e obrigações a cumprir. Tais eventos podem ser de origem operacional, administrativa, reputacional, tecnológica ou até externa, inclusive associados a mercado, infraestrutura ou comportamento de contraparte.

O ponto central é que o acionamento do plano não depende apenas de crise já instalada. Tendências de deterioração, sinais de desequilíbrio, falhas relevantes de execução ou indisponibilidade de recursos em nível incompatível com a normalidade também podem exigir escalonamento, avaliação reforçada e medidas preventivas.

7. Cenários de contingência e leitura institucional de risco

A base interna do documento evidencia cenários operacionais e administrativos bastante concretos. Isso é positivo, porque um bom plano de contingência precisa partir da realidade da instituição, e não apenas de categorias teóricas. Em linguagem pública, a OZ pode explicar que sua leitura de contingência considera tanto cenários ligados ao descasamento de liquidação de operações quanto cenários associados a falhas, incidentes ou desvios que afetem a disponibilidade dos recursos necessários para honrar compromissos no curto prazo.

Também é importante reconhecer que a gravidade de um cenário depende não apenas do evento em si, mas da capacidade de absorção da instituição no momento em que ele ocorre. Um mesmo evento pode ter impacto limitado em um contexto e impacto mais severo em outro, a depender do volume envolvido, da simultaneidade com outros fatores, da liquidez disponível e da velocidade de reação das áreas competentes.

Por isso, a leitura institucional do risco de liquidez deve sempre considerar magnitude, duração, reversibilidade, impacto reputacional, possibilidade de perdas e medidas de resposta disponíveis. Essa abordagem evita simplificações excessivas e torna a contingência mais aderente à realidade prudencial.

8. Estrutura de resposta e coordenação em crise

Quando um evento de liquidez se materializa, a qualidade da resposta passa a depender da coordenação institucional. A base compartilhada já menciona a constituição de equipe de gerenciamento de crises, liderada pelo Presidente e apoiada pela Diretoria de Governança. Em termos públicos, isso pode ser traduzido como a formação de estrutura de comando e coordenação capaz de mobilizar áreas, avaliar impactos, priorizar decisões, organizar a comunicação e acompanhar a execução das medidas necessárias.

Essa resposta coordenada é essencial porque crises de liquidez tendem a exigir decisões rápidas, mas não improvisadas. A instituição precisa compreender a origem do problema,

dimensionar o impacto, identificar recursos disponíveis, acionar alternativas contingenciais, alinhar a comunicação interna e preservar, tanto quanto possível, a normalidade operacional e a confiança dos stakeholders.

Do ponto de vista do público, a mensagem institucional mais importante é que a OZ busca responder a situações adversas de forma estruturada, sem dispersão de responsabilidade e sem perda de governança. O plano existe para garantir clareza de comando em momentos nos quais a velocidade da resposta é determinante.

9. Estratégias de mitigação e recomposição de liquidez

A contingência de liquidez exige não apenas diagnóstico, mas capacidade de agir. A base interna aponta possibilidades como reversão ou desfazimento de operações quando juridicamente e operacionalmente viável, busca de encaixe por operações compatíveis, utilização de recursos próprios e, em situações necessárias, busca de suporte junto aos acionistas. Em linguagem pública, essas medidas podem ser apresentadas como alternativas prudenciais destinadas a recompor ou proteger a liquidez em ambiente de pressão.

A lógica institucional é trabalhar com conjunto escalonado de respostas. Algumas medidas são de curto prazo e procuram restabelecer equilíbrio imediato do fluxo. Outras têm caráter mais estratégico e envolvem suporte de capital, reorganização operacional, ajuste de prioridades, contenção temporária de atividades ou redefinição do ritmo de operação.

O essencial é que as estratégias de mitigação não sejam formuladas apenas no momento da crise. Elas precisam ser previamente concebidas, avaliadas e compreendidas pela governança, ainda que sua execução concreta dependa das circunstâncias específicas do evento. Essa antecipação é sinal de maturidade e reduz o risco de decisões reativas e descoordenadas.

10. Comunicação, escalonamento e tomada de decisão

Em situações de contingência, a comunicação institucional exerce papel tão relevante quanto a disponibilidade de recursos. A base do plano menciona a necessidade de comunicação clara e direta na condução da crise. Em versão pública, isso pode ser traduzido como compromisso da OZ com coordenação de informações, escalonamento tempestivo às alçadas competentes e tratamento consistente das comunicações internas e externas que se façam necessárias.

A tomada de decisão em crise precisa observar gravidade, urgência, materialidade e impacto reputacional. Nem todo evento exige o mesmo nível de escalonamento, mas todo evento material precisa ser tratado com registro adequado, supervisão de governança e responsabilização clara quanto às medidas adotadas.

Essa disciplina decisória também protege a reputação da instituição. Crises de liquidez, ou mesmo episódios pontuais de pressão, podem produzir efeitos que vão além do caixa: podem impactar confiança de clientes, parceiros, acionistas, colaboradores e órgãos de supervisão. Por isso, comunicação e decisão devem caminhar juntas.

11. Integração com riscos, capital e controles internos

O plano de contingência de liquidez não opera isoladamente. Ele se conecta ao gerenciamento de risco de liquidez, ao plano e à política de capital, aos controles internos, ao MPCl, à avaliação interna de riscos e às demais políticas prudenciais da instituição. Essa integração é necessária porque pressões de liquidez podem ter reflexos sobre capital, risco operacional, continuidade de negócio, reputação e governança.

Além disso, a própria evolução regulatória brasileira reforça a leitura integrada entre riscos, capital e divulgação de informações prudenciais. Uma contingência de liquidez não deve ser tratada apenas como episódio operacional, mas como evento que pode exigir reavaliação da suficiência patrimonial, da estratégia de crescimento, do apetite de risco e das prioridades de controle.

Para o público externo, essa articulação demonstra que a OZ não trata liquidez como tema isolado de tesouraria. O assunto está inserido em arquitetura mais ampla de prudência e gestão integrada.

12. Testes, revisão periódica e melhoria contínua

Um plano de contingência só mantém valor quando é revisto, testado e aprimorado. A base compartilhada já prevê revisão periódica mínima anual. Em ambiente prudencial maduro, isso significa que o documento deve ser reavaliado sempre que houver mudança relevante no modelo de negócios, nos fluxos operacionais, na estrutura de governança, na base regulatória ou em eventos que revelem oportunidade de aperfeiçoamento.

Além da revisão documental, a instituição deve considerar a utilidade prática do plano. Isso envolve aprendizado a partir de eventos reais, apontamentos de auditoria, testes internos, mudanças tecnológicas e lições extraídas da evolução do próprio negócio. O plano precisa permanecer aderente à realidade da instituição e não se transformar em peça estática ou excessivamente genérica.

Na versão pública, esse ponto é importante porque demonstra que a OZ entende o plano como instrumento vivo. Melhorar continuamente os mecanismos de contingência é parte natural da boa governança.

13. Compromisso institucional e disposições finais

Ao disponibilizar esta versão pública do Plano de Contingência de Liquidez, a OZ Corretora de Câmbio reafirma seu compromisso com prudência, continuidade operacional, proteção reputacional e governança responsável. O documento não substitui os procedimentos internos e executivos da instituição, mas apresenta ao público uma visão robusta, didática e institucional sobre a forma como a organização se prepara para enfrentar situações de pressão de liquidez.

A versão pública busca equilibrar clareza, densidade institucional e proteção jurídica. Explica o porquê do plano, sua lógica de funcionamento, sua conexão com riscos e governança e sua importância para a estabilidade do negócio, sem expor detalhes operacionais sensíveis que devam permanecer em âmbito interno.

Sempre que necessário, este documento poderá ser atualizado para refletir mudanças regulatórias, evoluções do ambiente prudencial, alterações no modelo de negócios ou aperfeiçoamentos da governança interna. Até lá, permanece como referência pública do compromisso da OZ com gestão prudente e estruturada da liquidez em cenários adversos.

OZ Corretora de Câmbio S.A.

Tel: +55 (11) 3113-2700

SAC: <https://ouvidoria-web-sac.stallos.com.br/WebSac>

Canal de Denúncia: <https://ouvidoria-web-sac.stallos.com.br/WebSac>

Ouvidoria:

https://risc.advicetech.com.br/Ouvidoria_front/paginas/default.aspx?CD_CHAVE=9D020B59-E97D-4CB7-A8B7-8824C87196C6